

A mulher sobre rodas: narrativas (auto) biográficas de mulheres com deficiência vivendo em uma “sociedade de alta performance”

La mujer sobre ruedas: narrativas biográficas (auto) de mujeres con discapacidad que viven en una “sociedad de alto rendimiento”

A woman to rhodes: biographic narratives (self) of women with disabilities who live in a “high performance society”

Recebido: 28/02/2023 | Avaliado: 18/05/2023 | Publicado: 05/06/2023

Cintia Pinto do Nascimento¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2959-8205>
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Brasil
cynthiapnascimento@hotmail.com

Lana Veras de Carvalho²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1744-652X>
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Brasil
anaveras@hotmail.com

Resumo

Os modos com os quais a sociedade lida com pessoas com deficiência são marcados por avanços e retrocessos. Modelos ultrapassados com prerrogativas do capitalismo e capacitismo estão presentes na contemporaneidade. Discursos de superação, meritocracia, missão divina tensionam o tempo inteiro a luta para a afirmação do modelo social da deficiência, o qual foi fortalecido por mulheres deficientes. Ainda assim, a sociedade paralisa e nega os lugares que essas mulheres ocupam. O objetivo geral da pesquisa é analisar narrativas (auto) biográficas de mulheres em cadeira-de-rodas na sociedade contemporânea. A escolha metodológica foi a abordagem qualitativa, por meio de narrativas (auto) biográficas da própria pesquisadora e de outras mulheres deficientes a partir de suas falas que tornaram públicas em meios de divulgação. As experiências serão narradas através de fotos, trechos de diários, memórias de cenas, etc. As análises das narrativas serão realizadas com os materiais pessoais que irão ser disponibilizados, fazendo uma costura com conceitos teóricos. Ancorado nestes referenciais deverá ser enfatizado o experimentar da deficiência e sua articulação com gênero, raça, sexualidade. O estudo permitirá à pesquisadora poder falar a partir do lugar que ocupa, como também promoverá uma ampliação na compreensão da deficiência ao trazer as outras vozes femininas.

Palavras-chave: Mulher com deficiência; Corpo; Capacitismo; Contemporaneidade.

Resumen

Las formas en que la sociedad trata a las personas con discapacidad están marcadas por avances y retrocesos. Modelos obsoletos con prerrogativas del capitalismo y capacitismo están presentes en la contemporaneidad. Discursos de superación, meritocracia, misión divina subrayan constantemente la lucha por la afirmación del modelo social de la discapacidad, que fue fortalecido por las mujeres discapacitadas. Aún así, la sociedad paraliza y niega los lugares que ocupan estas mujeres. El objetivo general de la investigación es analizar las narrativas (auto)biográficas de mujeres en silla de ruedas en la sociedad contemporánea. La opción metodológica fue el abordaje cualitativo, a través de relatos (auto)biográficos de la propia investigadora y de otras mujeres con discapacidad a partir de sus discursos que hicieron públicos en los medios de comunicación. Las experiencias serán narradas a través de fotografías, extractos de diarios, recuerdos de escenas, etc. El análisis de las narrativas se realizará con los materiales personales que se pondrán a disposición, realizando una costura con conceptos teóricos. Anclado en estas referencias, se debe enfatizar la experiencia de la discapacidad y su articulación con el género, la raza y la sexualidad. El estudio permitirá a la investigadora hablar desde el lugar que ocupa, además de promover una ampliación en la comprensión de la discapacidad al acercar otras voces femininas.

¹ Mestrado profissional em Psicologia

² Doutora em Psicologia Social

Palabras clave: Mujer con discapacidad; Cuerpo; Capacitismo; Contemporaneidad.

Abstract

The ways in which society deals with people with disabilities are marked by advancements and regressions. Outdated models with prerogatives of capitalism and ableism are present in contemporaneity. Arguments about resilience, meritocracy, divine mission are frequently creating tension over the fight for the affirmation of the social model of disability, which was strengthened by disabled women. Still, society paralyzes and denies the places which these women occupy. The main objective of this research is to analyze (self) biographic narratives of women in a wheelchair in contemporary society. The methodology followed a qualitative approach, using (self) biographic narratives of the researcher herself and of other disabled women based on their speeches which were publicized in broadcast media. The experiences will be narrated through photographs, journal excerpts, scene memories, etc. The analyses of narratives will be carried out with personal material which will be provided, relating that with theoretical concepts. Anchored in these references, the experiencing of disability and its articulation with gender, race and sexuality will be emphasized. The study will allow the researcher to speak from the place which she occupies as well as promote the expansion of the comprehension of disability by bringing other female voices.

Keywords: Woman with disability; Body; Ableism; Contemporaneity.

1. Introdução

Qual a “história única” que você, leitor, conhece sobre a pessoa com deficiência?

Na maioria das vezes, as histórias são apresentadas apenas de um ângulo e com uma versão contextualizada por detentores do poder. Logo, as narrativas de outras pessoas são negligenciadas e simplificadas, reduzindo seus locais e dando ênfase somente a uma única história definitiva a ser exposta. Aprendemos o que está incompleto

Desde a infância, ter me percebido como uma pessoa com deficiência física possibilitou tentar definir o meu espaço, resistir aos rótulos de incapaz, desempenhar atividades do dia a dia ou mesmo não permitir que o meu futuro pudesse estar impresso no meu corpo. Pouco a pouco eu queria fazer ecoar a minha voz e essa vontade se intensificou a partir das leituras sobre a invisibilidade vivenciada por mulheres deficientes. A ânsia de discutir sobre a deficiência foi propulsor para a construção da pesquisa. Eu precisava falar!

Em seu livro, *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, Grada Kilomba diz: “Escrever este livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita”. (Kilomba, 2019, págs. 27 e 28). A autora expressa autoridade da sua história e da sua fala. Assim, em semelhança ao aspecto racial, é possível imaginar outras situações de invisibilidade, onde não se tem voz.

Algumas concepções teóricas como a de Canguilhem (2011), apresenta que algo normal mesmo sendo normativo em determinadas situações pode ser patológico em um outro momento, caso permaneça inalterado. Essa postura reflexiva e crítica nos conduz a pensar que o homem, mesmo sob o aspecto físico, não se limita a seu organismo. “Um estado não pode ser chamado de anormal no sentido absoluto, mas

anormal apenas na relação com uma situação determinada” (Canguilhem, 2011, pág. 64). Assim, para julgar o que é normal e patológico, o olhar deverá ser ampliado para além do corpo.

O sentido do termo “lugar de falar”, já mencionado no terceiro parágrafo da introdução desse trabalho, descreve como um lugar em que todas as pessoas ocupam socialmente, de práticas discursivas associadas às experiências específicas, na maior parte dos casos, referente a algum tipo de opressão. De acordo com a autora, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (Ribeiro, 2017, pág. 37). E isso não se configura somente a uma visão individual dos lugares de fala, mas vai ampliar para uma dimensão coletiva, levando-se em conta outras realidades e modos de expressão de identidade.

As vidas são atravessadas de maneira assoladoras a partir de uma única história sobre a deficiência, que vem quase sempre marcada por exclusão, promovendo assim tabus, preconceitos, inacessibilidades e tantas violências. O interesse para a construção da pesquisa partiu da minha própria experiência como uma pessoa que tem uma deficiência física, com mobilidade bastante reduzida e que percebeu a escassez na literatura de poucas narrativas sobre a temática. Este interesse de registro autobiográfico em uma tessitura com discussões críticas e conceituais se amplificou quando encontrou, no depoimento de outras mulheres cadeirantes, uma potência de mover-se. Mover o modo como a sociedade paralisa e imobiliza mulheres com deficiência.

Elencamos como objetivo geral da pesquisa: Analisar narrativas (auto) biográficas de mulheres em cadeira-de-rodas na sociedade contemporânea. E como objetivos específicos: a) Reconhecer a experiência de como é ser mulher cadeirante na contemporaneidade. b) Investigar implicações psicossociais do capacitismo na vida das mulheres com deficiência física. c) Discutir modos de ser mulher cadeirante e as interseccionalidades de gênero, classe, raça, sexualidade, maternidade, educação e trabalho na sociedade capacitista. d) Debater como o modelo neoliberal produz incapacidades, diante das expectativas ilusórias de perfeição, construindo uma sociedade capacitista.

2. Abordagem Metodológica: desenhando um percurso

Para compreender e analisar as narrativas de mulheres em cadeira-de-rodas na contemporaneidade frente a uma sociedade de alta performance que promove perspectivas irrealistas da perfeição, elegemos a pesquisa empírica qualitativa. A expressão pesquisa qualitativa caracteriza um grupo de tradições, como a biografia, etnografia, estudos de casos, fenomenologia, entre outros, os quais possuem concepções teórico-metodológicas diferentes e ao mesmo tempo, têm características comuns entre eles (Moreira, 2018).

Além disso, o presente estudo está aportado qualitativamente nos percursos de vidas, processos e vivências de mulheres cadeirantes a partir de excertos de relatos públicos, como também as narrativas da própria pesquisadora, como uma pessoa com deficiência. Neste contexto, optou-se dentro da proposta

qualitativa o método de pesquisa narrativa, que possibilita uma construção colaborativa entre pesquisador e pesquisado (Clandinin e Connely, 2011). A partir da escolha por a abordagem qualitativa e método narrativo, o enfoque do estudo será na (auto) biografia.

O intuito não é somente favorecer a expressão (auto)biográfica da pesquisadora, que é uma mulher cadeirante, a partir de suas vivências na sociedade contemporânea, sendo que o contar de experiências possibilita a reafirmação e transformações em si, além de dar voz e espaço para enraizar a sua existência através da escrita. Para além disso, é convidar outras mulheres para compartilharem suas histórias. Lévinas (1980), aponta que o Outro é um estrangeiro que tem sua diferença constituída não pela existência, mas pelo “eu metafísico”, o Mesmo. Então, diante desse estudo, simultaneamente eu sou a outra e a mesma. Rago (2013), fala sobre a “escrita de si”, como um cuidado para si e possibilitando uma abertura ao outro. Temos semelhanças e ao mesmo tempo somos diferentes.

Portanto, a pesquisa irá privilegiar narrativas de si evidenciando as lutas contra a normatividade imposta ao corpo feminino com deficiência ao longo da história, bem como as formas de controle biopolítico deles e as buscas de firmar seus espaços na contemporaneidade. “Escrever-se é, portanto, um modo de transformar o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade” (Rago, 2013, pág. 45).

2.1 Procedimentos

Por ser um estudo (auto) biográfico, são utilizadas as próprias narrativas da pesquisadora, a partir de suas vivências como uma mulher que tem uma deficiência. E em seguida, expor ao leitor as vozes de outras mulheres em cadeira-de-rodas que assumem através da escrita seu lugar e compartilham suas reflexões e experiências. Isso permitirá ao leitor ouvir o que mulheres sobre rodas têm a dizer.

2.2 Aspectos Éticos

Cabe ressaltar que para realizar a presente pesquisa não há necessidade de submissão à Plataforma Brasil para análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos, já que a única participante é a própria pesquisadora e os demais relatos colhidos são de origem pública. Assim, o estudo atende aos procedimentos éticos estabelecidos pela resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

2.3 Instrumentos

A (auto) biografia será apresentada sob forma de narrativas produzidas a partir de fotos, trechos de diários, memórias de cenas, vinhetas do percurso vivenciados pela pesquisadora, somando às imagens e

histórias dos perfis públicos de outras mulheres que têm deficiência, que se tornaram fortes recursos para narrar-se.

2.4 Análise dos dados

Adotar o método narrativo (auto) biográfico na pesquisa qualitativa foi muito potente, pois permitiu envolver a pesquisadora em um contato mais próximo com o tema para apresentar sua história junto a todos os relatos e informações colhidos ao longo do estudo. Segundo Marquezan (2015), essa metodologia possibilita ao indivíduo desvelar para si, ao mesmo tempo em que se revela aos outros, as trajetórias e caminhos percorridos, produzindo assim, diversos significados e sentidos. Assim, fui construindo minhas narrativas pessoais, costurando conceitos e reflexões junto às experiências de outras mulheres com deficiência.

Optamos por selecionar os perfis públicos no aplicativo Instagram³, que é uma plataforma de rede social com maior facilidade para registrar relatos pessoais, vivências do cotidiano e tantos outros momentos. Os perfis propiciam a construção de novas conexões, apresentando informações e elementos que permitem o reconhecimento por outros usuários. Para Mantovani e Moura (2017), a utilização das tecnologias produz inovadoras maneiras de interação, onde os indivíduos parecem estar sempre disponíveis e conectados.

Foram escolhidas sete mulheres que trazem provocações potentes: Andrea Schwarz (@dea_schwarz); Carolini Constantino (@carolnicconstantino); Tabata Contri (@tabatacontri); Flávia Cintra (@flaviacintraoficial); Fatine Oliveira (@fatine.oliveira); Erica Andréa Martins (@mona_rikumbi); Laís Souza (@lalikasouza) e a própria pesquisadora é participante no presente estudo: Cintia Pinto do Nascimento (@psicintiapinto).

A interpretação dos dados ocorreu no transcorrer da escrita da dissertação, à medida que surgiam leituras de livros, artigos, teses, relatos pessoais que atravessam a deficiência. Assim, fui construindo minhas narrativas pessoais, costurando conceitos e reflexões junto às experiências de outras mulheres com deficiência. As análises foram realizadas a partir das categorias que emergiram das narrativas e das instituições do capacitismo, tais como: família, sexualidade, maternidade, educação, trabalho.

3. Resultados e discussão

3.1 (Re) (Des) Construindo

Aqui, diante do computador, trago um pouco dos caminhos percorridos, expondo os lugares que ocupo, os quais me permitem essa escrita. Pesquisadora, mãe, uma mulher deficiente, são exemplos. Eu

³ Rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários.

sempre tentei buscar uma forma de assumir minha voz sobre a deficiência desde quando soube que iria para uma cadeira de rodas, mas não sabia como fazer ou por onde começar.

Logo na infância, aos sete anos, começaram quedas frequentes, dificuldades para subir escadas, caminhar por muito tempo... Andar doía! Meus pais procuraram ajuda médica e aos nove anos recebi o diagnóstico de Distrofia Muscular Progressiva do tipo Cinturas. Doença que causa a fraqueza dos músculos da cintura escapular (ombros e braços) e da cintura pélvica (quadril e coxa). Levando a degeneração da musculatura e restrição dos movimentos do corpo (Aliança Distrofia Brasil, 2020). Lembro que no hospital em que fiz a biópsia, eu não parava quieta no leito e gostava de saber como as pessoas estavam, ouvir outros casos clínicos e conhecer histórias. Eram momentos importantes para mim. Ao fazer dez anos, não consegui mais andar apoiando nas paredes, como eu fazia, e comecei a utilizar a cadeira de rodas. Sem possibilidades de cura ou expectativas de tratamento, alteração na dinâmica familiar, mesmo assim não me sentia diferente. Eu era a mesma menina de sorriso fácil e meus comportamentos e jeito de ser me faziam sentir incompreendida por algumas pessoas, inclusive familiares. Como ela pode continuar assim? Será que ela já se deu conta do que será de sua vida?

Para Kafer (2013), autora com deficiência, as pessoas já previam seu futuro marcado por dor e sofrimento, "... as pessoas vêm dizendo meu futuro há anos. Eles não precisam de biscoito da sorte e cartas de tarô: minha cadeira de rodas, cicatrizes de queimaduras e mãos nodosas aparentemente dizem tudo o que precisam saber. Meu futuro está escrito em meu corpo" (Kafer, 2013). Exatamente como pensavam sobre mim: sem perspectiva de futuro.

Entre quatorze e quinze anos, perdi uma grande parte da força muscular dos braços e isso me impediu realizar atividades pessoais como pentear meus cabelos, escovar os dentes e me vestir. Mesmo sem opções em reverter ou recuperação física daquela situação, eu planejava, sonhava e me preparava para os anos seguintes. Nesse ínterim, eu estudava, fazia amizades, nutria amores platônicos, buscava minha identidade, conforme as descobertas da adolescência.

Cresci ouvindo as vozes das pessoas determinando como eu deveria fazer e agir, o que não poderia acontecer ou os lugares que eu nunca iria. Sugestões do que seria uma vida melhor e mais feliz, muitas vezes como se não houvesse a capacidade de ter autonomia. Às vezes, eu fazia questionamentos a esse respeito para algumas pessoas, compartilhava dificuldades do dia a dia, atitudes preconceituosas, barreiras arquitetônicas, mesmo que não fizesse sentido para elas. O falar era libertador e trazia a sensação de apropriação da minha voz.

Nesse sentido, ter tentado vestibular e ser aprovada para Psicologia na UFPI foi um sonho realizado. A oportunidade de adentrar no universo acadêmico fez toda a diferença para ampliar meus conhecimentos e validar o meu lugar de fala, ao mesmo tempo que me levou a observar a ausência de pessoas com

deficiência no espaço universitário. Fui direcionando minha atenção a tudo que me cercava. No mesmo período da graduação, havia tido a oportunidade de ser aprovada em um concurso público, mesmo não sendo na área do meu curso.

Em 2011, fiquei grávida. Conceber meu filho e tê-lo em meus braços foi vivenciar o momento mais sensível e corajoso da minha vida. A maternidade, para algumas mulheres cadeirantes, é a realização de um sonho e a ratificação de sua feminilidade, ao mesmo tempo também proporciona o aumento da autoestima (Dias et al., 2014). Faço questão de dar ênfase ao nosso encontro com muita alegria, como abordarei em um capítulo posterior.

Chegando ao final da graduação, eu já sabia que queria falar sobre deficiência, contudo minha orientadora do TCC sugeriu que eu trouxesse minha história para a construção da escrita. A proposta foi compartilhar as minhas vivências, mostrando a partir da liberdade experiencial, que a pessoa não é definida por sua patologia; refletindo como o encontro teórico-vivencial com a Psicologia Humanista, mais precisamente com a Abordagem Centrada na Pessoa e a Logoterapia, foram atenuantes para ressignificar o sentido da vida. Confesso que falar sobre mim no trabalho, nunca havia sido pensado antes. Mas foi necessário e muito rico trazer minha experiência na pesquisa e a partir dela, ter a reflexão sobre a minha subjetividade. Mal sabia, porém, que ali foi um passo para a construção dessas linhas.

Desde então, sentia cada vez mais necessidade de falar minhas experiências como uma mulher deficiente, num gesto de quebrar estereótipos e trazer conscientização social. Romper com o discurso da pessoa com deficiência ser vítima de uma realidade, uma visão romantizada de algo a ser superado por um empoderamento subjetivo, discursos meritocráticos ou ainda que o capacitismo faz as vidas terem muito mais limitações. O desejo de alguns anos atrás em assumir a voz como uma mulher com deficiência afluía a cada instante. Final de 2019, eis que decidi tentar o Mestrado. Consegui a vaga e com ela muitas perguntas e um novo caminho: me tornava pesquisadora. A escrita permitiria a possibilidade de compreender não somente as experiências pessoais e coletivas, mas quem de fato éramos (Kilomba, 2019, p. 13). Sem dúvidas, a escrita é um processo de (re) (des) construção constante. São movimentos de reconstruir para desconstruir e em seguida construir de novo.

3.2 Deficiência Física: um caminho histórico da Idade Antiga à atualidade

As pessoas com deficiências foram tratadas de diferentes maneiras ao longo do tempo. Gesser (2010) aponta que na Idade Antiga, onde as sociedades eram nômades e caracterizadas por coletoras de alimentos e viviam da caça e pesca, o padrão era a valorização da utilidade produtiva. Era necessário ter uma boa capacidade para locomoção devido a proteção de animais perigosos e seus deslocamentos para

outros lugares. Assim, as pessoas com deficiência eram abandonadas por constituírem um problema para o grupo.

Com o advento do século XX, hábitos e relações sociais passaram por diversas transformações, assim como o conceito de corpo. Dando ênfase a uma perspectiva capitalista, o corpo era agora agente de individualismo, liberdade e objeto de consumo. Dessa forma, ele precisava corresponder a um padrão de beleza para atingir um ideal, pois para obter sucesso não poderia haver “falhas”. Nesse sentido, Luiz (2020), estabelece a distinção entre duas concepções: um corpo que passará por um caminho de intervenções, fazendo uso de medicações e práticas da medicina para corresponder aos padrões e ser aceito, chamado de corpo canônico ou por outro lado, aquele corpo excluído, desprezado e ignorado.

É possível observar que o modelo médico, mencionado anteriormente, está entrelaçado com o avanço da ciência moderna, levando a medicina a propor um tratamento da doença/deficiência para possibilitar uma funcionalidade para aquele corpo. E não havendo essa perspectiva de correção, ali seria um problema particular do sujeito e não um problema social.

A partir daí, o alinhamento junto às prerrogativas do capacitismo, discriminações firmadas em uma lógica de capacidade dos corpos, torna-se bem visível. Em um momento, essas pessoas deveriam ser vítimas recebendo olhares de piedade com o reconhecimento interno de inferioridade, e, em outros, tinham que ser gigantes heróis ou heroínas e superar todos os obstáculos existentes.

Em 1948, com o marco da Declaração Universal dos Direitos Humanos e as questões envolvendo os direitos iguais para todos os indivíduos, baseando-se nos princípios de liberdade, justiça e paz no mundo, começou a formação de grupos de pessoas para exigir novos caminhos para a deficiência, que até então eram desrespeitadas quanto aos seus direitos. Após uma longa história de opressão, surgiu o modelo social da deficiência.

3.3 O modelo social da deficiência

Para contrapor o modelo médico que reduzia a pessoa com deficiência a uma falha corporal, surgiu no final dos anos 70 o modelo social, tendo como precursores sociólogos deficientes. Esse modelo compreende a deficiência como uma interação social, histórica e culturalmente construídas para não acolher as pessoas. Ou seja, é uma característica a mais do indivíduo, faz parte da condição humana e possibilita um olhar para análise do contexto social como um lugar de exclusão da participação nas esferas sociais. A deficiência deixa de ser associada a uma condição médica ou culpa da pessoa por ter um corpo fora da normalidade e passa a ser responsabilidade de toda sociedade que deve rever suas estruturas para diminuir barreiras e aceitar as diferenças (Diniz, 2007). Em 1990, o *American Disability Act (ADA)*, manifestação que aconteceu no capitólio, Estados Unidos, foi um dos marcos dessa transformação. Na ocasião, pessoas

com deficiência rastejavam para subir a escadaria como uma resistência frente a ausência de acessibilidade arquitetônica.

Porém, os teóricos do modelo social da deficiência receberam muitas críticas. Estas foram resultantes, principalmente, da ausência em seus estudos da experiência da mulher com deficiência, a qual é diferente do homem por estar ligada às questões de gênero. E assim, o modelo social se dividiu em duas gerações.

A primeira geração foi composta por homens com deficiência física, os quais acreditavam que a eliminação de barreiras arquitetônicas bastava para favorecer a condução de suas próprias vidas. Já a segunda geração foi marcada por a participação de mulheres, em sua maioria mães cuidadoras de pessoas com deficiência, que acreditavam ser necessário ir mais além e pensar na experiência da dor e no cuidado (Diniz, 2007). Ademais, deficiência física vai se entrelaçar com outras dimensões, como gênero, raça, sexualidade, o que contribuirá para outros diálogos posteriores.

3.4 A produção da incapacidade na sociedade capacitista

Para Campbell (2009), “capacitismo é um conjunto de pressupostos (conscientes ou inconscientes) e práticas que promovem o tratamento diferencial ou desigual das pessoas por causa de deficiências existentes ou presumidas”. Os corpos com impedimentos e lesões são os que mais sofrem com esse tipo de preconceito, pois são hierarquizados por suas capacidades.

O termo capacitismo teve como precursora no Brasil uma mulher surda, antropóloga, doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ao perceber a ausência de um termo para nomear a discriminação às pessoas com deficiência, ela propôs que:

[...] *able de ableism* seja a palavra mais apropriada por ter a capacidade de neutralizar a palavra ‘capaz’, no sentido de positividade da deficiência, do mesmo modo que racismo vem de raça e sexismo, de sexo. Desse modo, o capacitismo é um neologismo que sugere afastamento da capacidade, da aptidão, pela deficiência (Mello, 2016, p. 327).

Essa caracterização parte do pressuposto de que qualquer corpo humano deve funcionar de acordo com a biologia, senão é considerado incapaz. Ademais, para a mesma autora, “o capacitismo impede a consideração de que é possível andar sem ter pernas, ouvir com os olhos, enxergar com os ouvidos e pensar com cada centímetro de pele que possuímos” (Mello, 2019, pág. 23). Dessa forma, o capacitismo se articula com outros grupos de opressão, como mencionamos ao longo desse estudo.

A expressão *corponormatividade*, também introduzida no país por Anahí Guedes de Mello, tem sido amplamente discutida na área de Estudos sobre Deficiência. Para Mello (2014), está relacionada a fazer referência a um ideal de corpo apto, sem impedimentos, lesão e fisicamente capaz. A partir de uma perspectiva de normatividade corporal, os corpos deficientes não são adequados aos padrões por serem

incompletos, disfuncionais, incapazes e socialmente inviáveis. São representações que tornam as pessoas com deficiência descartáveis, passando a serem alvos de diversas violências. Assim, a corponormatividade considera alguns corpos como inferiores e passíveis de reparação diante dos modelos hegemônicos funcionais/corporais (Mello & Nuernberg, 2012).

O corpo ideal é uma ilusão ditada pelo capitalismo. Para Campbell (2009), eles “tornam-se elementos que podem ser movidos, usados, transformados, demarcados, melhorados e articulados com os outros”. E somente aquele corpo sem deficiência estará exposto ao consumo de objetos de saúde, beleza, força e capacidade (McRuer, 2002). Pessoas com e sem deficiência são performadas incessantemente. O capacitismo têm relação com o avanço do sistema capitalista, para manter e aperfeiçoar a economia.

No entanto, o termo *crip* (que vem da palavra *cripple*, aleijado), em inglês, foi considerado por ativistas da deficiência de uma maneira diferente, criando uma nova concepção. A Teoria *Crip* surge nos estudos atuais da deficiência como marco importante que possibilita uma forma de combate às manifestações capacitistas, as quais permeiam na contemporaneidade. Passou a ser desenvolvida a partir da segunda geração do modelo social da deficiência, influenciada pelas teorias feministas e os papéis de gênero. Acompanha a mesma lógica da Teoria *Queer*, elaborada para abordar as questões de gênero e sexualidade.

Sendo assim, a teoria *queer* e a teoria *crip* se assemelham para desconstruir identidades fixas, declarando que a dicotomia capacidade/deficiência, as classes de identidade de gênero (feminino/masculino) e sexualidade (heterossexual/homossexual) são construídos socialmente de maneira histórica (Mello, 2016). Para a autora, *crip* (aleijado) é uma afirmação social da diversidade dos corpos, assumida por muitos movimentos de pessoas com deficiência. Ademais, Taylor (2017) expõe que “muitos deficientes se identificam como ‘*crips*’, e *cripar* algo (*to crip something*) não significa quebrá-lo, mas revesti-lo de maneira radical e criativa com a história, a política e o orgulho da deficiência, ao mesmo tempo em que se questionam paradigmas de independência, normalidade e medicalização”.

Um dia mexendo e remexendo na rede social Instagram, encontrei o perfil da fonoaudióloga e empreendedora Andréa Schwarz (@dea_schwarz). Ela é cadeirante desde os 22 anos de idade devido uma má formação congênita na medula, o que causou paralisia em suas pernas. Faz conteúdos educativos sobre deficiência, debatendo questões como empoderamento, acessibilidade, maternidade, capacitismo, entre outras áreas. É casada, mãe e criou uma empresa de consultoria especializada na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Lembro que fiquei muito tempo lendo as narrativas que Andréa trazia e o quanto elas movimentavam em mim e certamente em tantas pessoas. Suas postagens, sempre tão profundas, propõem reflexões aos seus seguidores a não enxergarem somente uma cadeira-de-rodas, mas quem a pessoa é, sua história que não pode ser marcada pela invisibilidade.

Figura 1

Exemplo da invisibilidade em cadeirantes



Fonte: Print realizado pela autora.

Descrição da imagem 1.

Sobre dois fundos distintos, temos duas imagens (como uma espécie de montagem). Na primeira, Andréa está sentada em sua cadeira de rodas com as pernas cruzadas e uma mão em cima da outra sobre as pernas. Está usando uma camisa social preta, calça jeans, tênis brancos com um pequeno detalhe preto e vermelho. Seus cabelos longos estão soltos. Tem um sofá atrás dela e uma parede com um papel de parede tipo tijolinho. Acima tem uma frase: O jeito que eu me vejo. Na segunda imagem, ao lado, tem um fundo para uma janela de vidro e a cadeira de rodas sozinha. Acima da imagem tem a frase: O jeito que a sociedade me vê. **Fim da descrição.**

Como podemos observar na figura 1, Andréa nos dá exemplo de como a sociedade enxerga a pessoa que tem uma deficiência, evidenciando o capacitismo. Mesmo que ela traga em seu corpo marcas do gênero, sexualidade, classe, raça/etnia, entre outras, ser cadeirante sobressai na estrutura social. Essa comprovação implica que a deficiência tem a preferência da violência da interpelação (Butler, 2015), onde a pessoa é vista em primeiro lugar como a “deficiente”, mesmo antes de ser mulher, ter uma profissão, ser mãe, etc.

3.5 A mulher na educação e no mercado de trabalho

O acesso à educação e ao trabalho foram as principais causas a serem defendidas pelo movimento das pessoas com deficiência, os quais podem levar a uma possível conquista de independência. Diante disso, foi assegurado a partir da LBI, capítulo IV, artigo 27º, parágrafo único, o direito à educação em igualdade de condições e oportunidades com as outras pessoas (Brasil, 2015). Porém, nunca tivemos um sistema de ensino inclusivo.

Para Louzeiro (2020), o momento atual é resultado de todo o percurso de enfrentamentos que a deficiência passou ao longo da história, principalmente no campo da educação. É um cenário de exclusão e desigualdades com início na infância, no espaço familiar, atendimentos em saúde, escola, chegando à

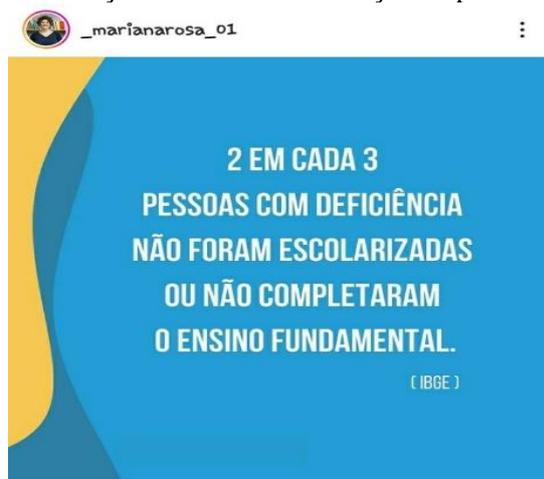
convivência social, acesso a trabalho e serviços. São altos índices de analfabetismo, desemprego e subemprego, isolamentos obrigatórios, sendo que todos os problemas atravessam a educação.

Ao refletir sobre essa circunstância, vinculamos à estrutura capacitista que ainda impera nas etapas do sistema de ensino brasileiro. Ela leva a uma exclusão das pessoas com deficiência, apontando o sucesso educacional como a transformação de corpos e mentes. Além do capacitismo, as intersecções com outros preconceitos presentes na sociedade são estruturantes do ensino e impossibilitam uma educação que alcance a todos.

Nesse sentido, o perfil de Mariana Rosa (@_marianarosa_01) propõe reflexões sobre educação inclusiva, cuidado e luta anticapacitista. Mariana é uma mulher com deficiência e mãe de uma criança também com deficiência, ela é ativista dos direitos humanos. Conheci seu trabalho no transcorrer desta escrita. Vi uma de suas postagens em um outro perfil e fiquei impressionada pela potência do seu trabalho. Ela apresenta dados do IBGE (2021) sobre a escolarização de pessoas com deficiência (Figura 2). “Cerca de 68% dos brasileiros com deficiência não têm instrução ou não completaram o ensino fundamental”, aponta. Adiante, indica que isso foi herança histórica de discriminações, segregação e exclusão. Pessoas com deficiência tiveram suas experiências silenciadas, tiveram seus corpos como improdutivos e incapazes, uma categorial inferior. Resgata a conquista da Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (2015), onde afirma que “a lei se tornou nossa aliada para entrar na escola, brincar no parque, trabalhar, reivindicar atendimento. Faz diferença brutal ter a lei a nosso favor”.

Figura 2

Informações sobre a escolarização de pessoas com deficiência



Fonte: Print realizado pela autora.

Descrições da imagem 2.

Na figura 2, sobre um fundo azul, com um detalhe amarelo na lateral esquerda, tem escrito em letras brancas: 2 em cada 3 pessoas com deficiência não foram escolarizadas ou não completaram o ensino fundamental. **Fim da descrição.**

Dialogando sobre a educação, as experiências de acesso ao ensino superior de pessoas com deficiência têm crescido nos últimos anos, trazendo para as instituições diferentes modos de compreensão acerca desse pequeno grupo, as quais irão orientar suas práticas (Bock et al., 2020). É importante frisar que a LBI (2015) garantiu o acesso à educação superior em igualdade de condições e oportunidades com as outras pessoas. Além disso, a Lei de cotas 12.711/2012 (Brasil, 2012), incentivou a entrada de pessoas deficientes nas universidades. Essas leis possibilitaram o acesso ao conhecimento, trazendo novas chances de continuar na vida acadêmica até os níveis mais elevados. Outrossim, as relações institucionais são frisadas pelo capacitismo. E existe muito a se avançar nesse sentido.

Adentrar no mercado de trabalho ou ter um emprego é um direito de todas as pessoas, constitui uma fonte econômica e custeia as necessidades de alimentação, lazer, moradia, entre outras. Além disso, trabalho faz parte da identidade social de uma pessoa. Nessa perspectiva, eu convido você a pensar sobre: será que o trabalho está acessível a todos os grupos sociais? Como são essas oportunidades para as mulheres? E a mulher com deficiência, tem conseguido se manter firme no âmbito trabalhista?

Nesse âmbito, pessoas com deficiência sofreram e sofrem preconceitos na busca de entrar no mercado de trabalho. Ninguém acredita na inteligência ou que o indivíduo tenha capacidade para assumir o trabalho, para algumas pessoas corpos deficientes não devem ocupar lugares de poder. Dessa maneira, Di Marco (2020), nos mostra que "para conseguirmos o mesmo emprego de um homem, branco, cis, hétero e sem deficiência, temos que ser, no mínimo, duas vezes melhores que ele". Isso evidencia uma posição de inferioridade e capacitismo, levando agora a repensar no recorte da mulher para conseguir um emprego.

Como já mencionado anteriormente, ser mulher e ter uma deficiência é dupla vulnerabilidade, pois é um corpo feminino que não corresponde ao padrão produtivo capitalista. Assim tiveram suas histórias negligenciadas e marcadas por violência.

Figura 3

Informações do IBGE sobre pessoas com deficiência



Fonte: Print realizado pela autora

Descrição da imagem 3.

Sobre um fundo rosa, Andréa está ao lado direito da imagem, sentada em sua cadeira de rodas e com suas pernas cruzadas. Ademais, está usando uma blusa preta e ao fundo temos um dado do IBGE, dentro de um quadrado em um tom de rosa mais forte que o do fundo, que diz: “Dados do IBGE apontam que 24% dos brasileiros (45 milhões de pessoas) possuem algum tipo de deficiência”. **Fim da descrição.**

Figura 4

Informações sobre trabalhadores formais com alguma deficiência



Fonte: Print realizado pela autora.

Descrição da imagem 4.

Sobre o mesmo fundo rosa, Andréa está centralizada na imagem, sentada em sua cadeira de rodas, com uma blusa preta e de pernas cruzadas. Ao fundo, em cima de sua foto, temos uma informação, onde a fonte é arredondada e em tom azul escuro., a qual diz: “E apenas 1% dos trabalhadores formais são pessoas com deficiência”. **Fim da descrição.**

3.6 Sexualidade / Maternidade: o que nossos corpos podem

Figura 5

Representação da maternidade em mulheres com deficiência



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Descrição da imagem 5.

Ao fundo da imagem tem uma porta, um balcão, um relógio na parede e um cartaz, assemelha-se a um ambiente hospitalar. A autora é uma mulher branca, cabelos pretos (presos em um coque), está sentada em sua cadeira de rodas, com um vestido azul escuro estampado de flores rosa e azul claro. Com a mão direita, segura o vestido, o qual está realçando a gestação de aproximadamente 40 semanas. Sorrir para a foto. **Fim da descrição.**

Lembro que à medida que minha barriga crescia, as pessoas olhavam para mim penalizadas por eu estar grávida e ser uma pessoa com deficiência. Como se isso não fosse possível! Algumas demonstravam um susto imenso quando percebiam que eu ia ser mãe. Mas me recordo de uma situação, em especial, que foi bastante desagradável.

Eu estava aproximadamente com sete meses de gestação, quando uma pessoa em uma roda de conversa no trabalho perguntou como tinha sido o processo da inseminação artificial e qual o valor que eu havia gasto. Eu fiquei emudecida e sem saber o que falar. Em outras palavras, ela anulava a minha sexualidade, pois para uma cadeirante estar grávida só seria possível com uma técnica de reprodução assistida ou algo do tipo.

Vivemos em uma sociedade que negligencia e infantiliza a sexualidade da mulher com deficiência. De forma cruel, ela está inserida e excluída ao mesmo tempo de acordo com os valores impostos e regulados pelas regras normativas sociais de corpo, classe, raça, gênero. Para Carolini Constantino e Karla Garcia Luiz (2020), mulheres com deficiência são consideradas assexuadas ou hiper sexualizadas. É como se não houvesse sexualidade, sendo infantis e sem a capacidade de decidirem as próprias escolhas sexuais ou em alguns casos específicos, parecem ter mais libido que as outras pessoas (Constantino, Luiz, 2020, p. 52).

Falar sobre a infantilização de um corpo adulto de uma mulher com deficiência é também dizer que não há autonomia para que ela possa determinar o que é melhor para si. Assim, é comum ver a intervenção de familiares/cuidadores ou mesmo profissionais impedindo essas mulheres assumirem uma vida sexual. E em casos extremos, promovem uma esterilização sem consentimento, causando dor e sofrimento e uma mudança de vida brusca.

A maternidade, na maioria das vezes, vem como uma imposição dada ao papel feminino na sociedade. Para as mulheres em geral, ela é cobrada e esperada. Porém, a mulher em cadeira de rodas é considerada “impossibilitada” de exercê-la, de gerar ou educar uma criança. O capacitismo evidencia que a condição do corpo a torna menos mulher que as outras, assim como na questão da sexualidade, como mencionada anteriormente.

Em consonância com essas reflexões, Fatine Oliveira (@disbuga), publicitária, designer e uma mulher com deficiência, fez uma publicação em comemoração ao “Dia do Sexo” em seu perfil do *Instagram* no dia 06 de setembro de 2021. A foto do post é um convite para ampliar o olhar e adotar um novo posicionamento. “Pessoas com deficiência também transam” (Figura 15). Fatine aponta os estereótipos

acerca da sexualidade de pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que faz um convite para um autoconhecimento dos seus desejos e corpo.

Figura 6

Representação dos estereótipos acerca da sexualidade de pessoas com deficiência



Fonte: Print realizado pela autora.

Descrição da imagem 6.

Sobre um fundo na cor rosa, em letras pequenas pretas: 06/09 - Dia do sexo. No centro da imagem, um desenho de um boneco palito na cadeira de rodas abraçado a outro, que está sentado em suas pernas. Abaixo, tem escrito em letras maiores na cor azul: Pessoas com deficiência também transam. E logo em seguida a narrativa de sua postagem:

“Sim, é verdade.

Pode parecer óbvio para alguns, porém um dos principais estereótipos relacionados às pessoas com deficiência é que são pessoas sem desejo sexual ou incapazes de se relacionarem sexualmente. O resultado disso é a constante infantilização e apagamento de suas identidades como sujeitos que podem realizar suas escolhas sexuais com consciência e autonomia. Que tal aproveitar a data de hoje, 6/9, para tirar essa ideia da cabeça? Seja acompanhando outras pessoas com deficiência em suas redes para conhecer mais suas vivências, seja pesquisando no Google sobre o assunto. Quem sabe se aproximar daquele (a) crush com deficiência que está interessada há tempos? Mande esse post para ela (e) para quebrar o gelo. Mas se você está solteira, sem problemas. Aproveite a data para conhecer melhor seu corpo, saber quais lugares te dão mais prazer é também um gesto de autocuidado, principalmente se tiver alguma deficiência que necessite de suporte. Só se conhecendo bem, terá condições de guiar seus parceiros durante o sexo de forma prazerosa para ambos. Porém, fica o alerta: sexo só com segurança. Tanto física, quanto mental, lembre-se você não precisa se manter em um relacionamento que te faz mal. Ok?” (legenda postagem realizada em 06 de setembro de 2021).

A maternidade, na maioria das vezes, vem como uma imposição dada ao papel feminino na sociedade. Para as mulheres em geral, ela é cobrada e esperada. Porém, a mulher em cadeira de rodas é considerada “impossibilitada” de exercê-la, de gerar ou educar uma criança. O capacitismo “considera as

mulheres com deficiências ou doenças crônicas como inaptas a cuidar, instáveis e assexuadas” (Clímaco, 2020, p. 08).

Gesser (2010) retrata que a partir dos estudos da deficiência, é possível desmistificar a falsa crença de que mulheres com deficiência não são capazes de fornecer cuidados aos filhos. Aponta ainda, a necessidade de discutir as concepções normativas do cuidado materno para buscar e reconhecer as alternativas estruturas de parentesco capazes de auxiliar no cuidado. Destacando dessa maneira, a interdependência como uma opção da equidade de possibilidades.

Na publicação feita no dia 08 de maio de 2022 (Figura 28), Flávia Cintra (@flaviacintraoficial) faz uma homenagem ao Dia das Mães, compartilhando com os seus seguidores uma fotografia quando estava no sexto mês de gestação. O olhar fixo para a câmera associado ao sorriso revelam o quanto está feliz. Ainda que a estrutura capacitista seja dominante, ela celebra e brinda todas as formas de ser mãe. Senti-me próxima de Flávia ao lembrar da minha gravidez e me coloquei a pensar na força dos encontros com essas mulheres.

Figura 7
Representação da maternidade em mulheres com deficiência



Nota. Fonte: Print realizado pela pesquisadora.

Descrição da imagem 7.

Nela Flávia Cintra está sentada em sua cadeira de rodas, inclinada para o lado esquerdo e em um fundo branco. Outrossim, seus cabelos estão curtos na altura do ombro e sendo jogados para trás. Ela está usando um top preto, uma calça preta e botas pretas. O realce da imagem vai para sua barriga, a qual está exposta e mostra Flávia grávida. E logo em seguida a narrativa de sua postagem:

“Um brinde a maternidade e a todas as formas de ser mãe! 🙌
Foto de 2007 quando eu estava grávida de gêmeos, com 6 meses de gestação. Estou em um estúdio fotográfico, sentada na minha cadeira de rodas e uso um top preto, calça preta e botas pretas. Sou branca e estou sorrindo para a câmera enquanto exibo meu barrigão descoberto. Fim da descrição”.
(legenda da postagem realizada em 08 de maio de 2022).

4. Conclusões

As inquietações fomentadas em mim contribuíram para realizar o sonho de poder promover um espaço de possibilidades e difusão não somente autobiográfica, mesmo que esse seja o fio de Ariadne neste trabalho de histórias, cada uma com sua particularidade, dificuldade, marcas, resistências e conquistas. Histórias de pessoas reais. Histórias que importam. Vidas que nunca foram escutadas ou tiveram que sempre ficar atrás da cortina, no silêncio, ao invés de se revelarem ao público. Assim, a partir das vivências, é possível legitimar as deficiências físicas como um elemento indissociável de cada indivíduo, promovendo novas reflexões no cenário contemporâneo e contrapondo as cobranças de atingir uma irreal perfeição, em um mundo onde constrói todo tempo insatisfação e ineficiência.

As reflexões que me guiaram durante o caminho da escrita, desconstruíram pensamentos que estavam enraizados em crenças e aprendizados capacitistas, os quais sem perceber, haviam sido internalizados e reforçados por imaginários da deficiência (Taylor, 2017). Ter ocupado esse espaço acadêmico foi potencializador e me permitiu assumir uma posição tanto como pesquisadora com deficiência, quanto como ativista, promovendo a relevância da representatividade. Compreendendo assim, que eu estava ali para mudar e promover ações e políticas para trazer efetivamente mulheres com deficiência para esse meio.

É importante verificar que contrapondo as variadas realidades e histórias de mulheres com deficiência, as narrativas apresentadas na pesquisa são de pessoas em cadeira de rodas que foram bem-sucedidas. Não significa dizer que são super-heroínas, sem uso de meritocracia, mas analisar que a partir das oportunidades que tiveram, foi possível provar que uma mulher com deficiência quando dispõe de chances e novas perspectivas, ela consegue ir para além das barreiras limitantes impostas pelo capacitismo, transcender as amarras sociais. São relatos que se entrecruzam com a minha vida.

Como psicóloga e uma mulher com deficiência, considero de extrema importância a ampliação da Psicologia para os estudos da deficiência. Enquanto ciência e profissão, é necessário a construção de estratégias de intervenções que possam contribuir para os movimentos sociais de pessoas com deficiência. E como área de produção do conhecimento e atuação profissional, possa fortalecer o empoderamento de mulheres para cada vez ocuparem os mais diversos espaços, os quais lhes pertencem.

A região sul do país é considerada o berço das pesquisas que articulam gênero e deficiência, com ênfase na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse sentido, destaco a necessidade de expansão dos conhecimentos em Psicologia e estudos da deficiência na região Nordeste do Brasil, tendo em vista sua escassez. A possibilidade de inserir a temática nos programas de Psicologia dos estados nordestinos é urgente, pois muitas vozes ainda estão bastante silenciadas. É preciso avançar e abrir espaços para tais discussões.

Ser pesquisadora ampliou horizontes, trouxe novos modos de olhar as experiências do outros, contemplar semelhanças e diferenças. Que esse estudo possa inspirar outras “mulheres sobre rodas”, assim como mulheres com deficiências visuais, auditivas, intelectuais, entre outras. Que elas possam promover novos diálogos aqui incitados sobre suas histórias, como se constituírem livres para realizarem suas escolhas, independentemente das amarras sociais. Um convite a não estarem SOB (embaixo de) rodas, mas SOBRE (em cima de, acima de) rodas. Fluindo, rodando e cadeirando por aí!

Referências

- Bock, G. L. K., Silva, S. C., Gomes, D. M., & Beche, R. C. E. (2020). Estudos da deficiência na educação: reflexões sobre o capacitismo no ensino superior. In M. Gesser, G. L. K. Böck & P. H. Lopes (Eds.), *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. (pp. 17-36). Curitiba: CRV.
- Brasil, Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Institui a Lei Brasileira de Cotas*. Brasília (DF): Planalto do Governo Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm
- Brasil, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília (DF): Planalto do Governo Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm
- Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Canguilhem, G. (2011). *O normal e o patológico*. (7 ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação - Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Louzeiro, R. (2020). Educação pública e inclusão: motores à construção de uma sociedade inclusiva. In C. Constantino, K. G. Luiz, L. M. L. Costa, T. B. H. Silveira, & V. Bernardes (Eds.), *Mulheres com deficiência: garantias de direitos para exercício da cidadania*. Coletivo Feminista Hellen Keller.
- Luiz, K. G. (2020). Guia Mulheres com deficiência: garantia de direitos para exercício da cidadania. In C. Constantino, K. G. Luiz, L. M. L. Costa, T. B. H. Silveira & V. Bernardes. (Eds.), *Deficiência pela perspectiva dos direitos humanos*. (pp. 18-26). Coletivo Feminista Hellen Keller.
- Mello, A. G. (2014). *Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182556>
- Mello, A. G. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), p. 3265-3276. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>
- Mello, A. G. (2019). *Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue*. [Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215355>

Ribeiro, D. (2017). O que é: lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento.

Taylor, S. (2017). *Beasts of Burden: Animal and Disability Liberation*. New York: The New Press.